

ORÇAMENTO E PARTICIPAÇÃO

Cristovam Buarque¹

Se o orçamento público é para atender às necessidades crescentes do povo com os limitados recursos dos governos, a solução é deixar o povo decidir onde e em que aplicar o dinheiro público. Isso é possível graças ao Orçamento Participativo, uma forma eficaz e democrática de gestão pública.

A idéia foi posta em prática pelos governos das prefeituras dirigidas pelo Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Mas o Governo Democrático e Popular do Distrito Federal foi o primeiro governo a implantar o Orçamento Participativo em toda uma Unidade da Federação.

Cerca de 20 mil pessoas participaram da elaboração do primeiro orçamento do GDP, decidindo sobre investimentos em mais de 200 obras. Do segundo orçamento, em 1996, participaram mais de 32 mil pessoas, dando prioridade a 410 obras. Em 1997, 33 mil pessoas fizeram o Orçamento Participativo, sendo co-responsáveis pelas mais de 600 obras que estão em curso neste início de ano no Distrito Federal. Essas pessoas elegem todo ano um conselho de representantes, que dá seguimento aos trabalhos.

Quem aprende a fazer orçamento assim, nunca mais vai querer voltar ao passado e aceitar o jeito antigo de aplicar o dinheiro do povo. É emocionante ver milhares e milhares de pessoas discutindo, analisando e influenciando diretamente no orçamento público, de forma mais do que participativa: cada um vira um pouquinho dono de cada obra, que é de todos.

O número de pessoas que atuou este ano no processo do Orçamento Participativo foi bem maior do que no ano passado. Além de mais gente participando, a vontade e o empenho foram maiores. A experiência acumulada nos anos anteriores ajudou bastante. Mas o que mais ajudou foi ver que as obras definidas nos dois anos passados foram ou estão sendo feitas.

Todos os anos, após vencida a etapa de elaboração da proposta orçamentária, os representantes eleitos ainda têm muito o que fazer. Além de fazer o Plano de Investimentos, o mesmo grupo vai participar do planejamento dos trabalhos e, de maneira permanente, vai acompanhar a execução. Vai marcar corpo-a-corpo as ações do Governo.

Não se trata de retirar poder da Câmara Distrital. Pelo contrário, essa atuação deve reforçar o trabalho dos deputados. Reforçar no sentido de ajudar na tomada de decisão e no sentido, também, de fiscalizar as atividades do Poder Legislativo. Esse é mais um aspecto novo do Orçamento Participativo.

Mas este é apenas um dos instrumentos criados para assegurar a participação da sociedade na gestão pública no Distrito Federal. Trata-se da mobilização de todos

1. Governador do Distrito Federal.

os setores da população, criando o que nós chamamos de *Brasília S/A*, que é o conceito de parceria funcionando em todos os campos de atividade, de modo aberto, franco, democrático.

Isso significa dizer que não há temas tabus, nem modelos pré-concebidos para essa parceria. Um exemplo é o das privatizações. Antes de ter uma posição preconceituosa sobre o assunto, o Governo do Distrito Federal, formado por uma frente de esquerda, tem uma opinião aberta. O Estado deve cuidar das prioridades sociais, como saúde, educação e segurança pública, e de setores estratégicos, onde a iniciativa privada não possa atuar.

Nós adotamos o conceito de unir o patrimônio público à eficiência privada. Por exemplo, o governo não sabe fazer funcionar um autódromo, mas tem um autódromo. Vendê-lo seria dispor de um bem público e colocá-lo nas mãos de alguém que poderia mudar sua finalidade. A solução foi arrendá-lo, através de um licitação que foi vencida pela empresa do Nelson Piquet, que entende do assunto. O mesmo vem ocorrendo em todos os setores, numa atitude que revela uma nova maneira de ver o Distrito Federal.

Brasília tem três momentos. O primeiro é o do sonho e sua construção como a capital de todos os brasileiros. O segundo momento de desvio de rumo, quando Brasília sofre um crescimento desordenado e por falta de uma proposta alternativa foi levado a perder sua concepção original, ficando sem uma perspectiva para o futuro.

Sujeita a um intenso fluxo migratório além do seu crescimento vegetativo, e sem contar com a dinâmica de emprego no setor público ou na construção civil, Brasília ficou anos sem uma política alternativa que se preocupasse com o futuro em uma realidade diferente daquela de seu início. Continuou apegada à vocação exclusiva de Capital da República, em um tempo em que a realidade demográfica e social já começava a fazer uma Brasília mais do que apenas capital.

O resultado não poderia ser outro. Apesar de quase consolidada como Capital e com seu projeto urbano praticamente executado, Brasília chega ao final do Século XX muito diferente dos sonhos do seu primeiro momento: uma cidade com elevado desemprego, sem uma vocação clara para o seu futuro, temendo a migração dos demais brasileiros dos quais ela é a Capital e sem oferecer uma alternativa futura para os seus jovens.

Por isso, Brasília aguardava com ansiedade pelo momento que está vivendo agora: uma reinauguração que recupere todo o sonho do seu início, corrija a perda de rumo dos últimos tempos e assegure um caminho alternativo para o futuro.

O terceiro momento é o da retomada dos valores originais de cidade moderna, de capital do futuro, patrimônio da humanidade, mas ao mesmo tempo de assumir a vocação de uma capital que não rejeita um perfil produtivo, uma política econômica para geração de emprego e renda, a conquista de sua autonomia.

É a Brasília com quase dois milhões de habitantes nos limites do Distrito Federal e mais um milhão no seu entorno, com grande potencial na indústria, comércio, agricultura e, em especial, no setor do turismo. E essa é a nossa tarefa: unir

a Capital, a cidade patrimônio histórico da humanidade e a cidade real, com seus problemas, necessidades e planos para o futuro.

Essa tarefa não poderia ser realizada sem a participação de toda a sociedade. Do empresário, que hoje sente no Governo um parceiro de confiança e de idéias novas. Do trabalhador, que vê a aplicação das formas criativas de geração de emprego, de melhoria das condições de vida da população. E do excluído, que passar a ter amparo em políticas que visam a inserção do DF no processo de globalização, com inclusão ao invés de exclusão social.